FONTES PARA O ESTUDO DA EMIGRAÇÃO: O CASO DO NORDESTE TRANSMONTANO (1901-1920)

Maria da Graça Martins

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

As fontes históricas constituem o verdadeiro alicerce da produção e da escrita em História, válidas pela quantidade, estrutura, natureza e, acima de tudo, pela riqueza de conteúdos, forma de elaboração, de registo e de preservação. As fontes permitem a reconstituição temática e a reconstrução da memória social e histórica, constituindo, sem dúvida, o arsenal de ferramentas do historiador. Enquanto matéria-prima e manancial de informação, nelas encontramos as dúvidas, as questões para explorar, os conflitos decisórios e também muitas respostas. Que fontes procurar? Onde as pesquisar e como as encontrar? Quem as elaborou? Como as tratar? Estas são as perguntas que o investigador coloca no início da sua pesquisa, obrigando-o a um trabalho de bastidores que permita drenar e filtrar a informação final.

Durante o afã labiríntico da pesquisa, no vasto filão dos inventários e fundos documentais, seleccionar é determinante, a fim de possibilitar um melhor tratamento da informação. O respeito pelo documento, bem como a fidelidade perante os seus conteúdos é, igualmente, relevante, pois o espírito de pesquisa deve ser independente e é incompatível com ideias preconcebidas, sem que, no entanto, o documento nos escravize, torne dependentes ou nos envolva em paixões sem controlo.

O objecto da História sobrevive pelas fontes que traduzem a acção do homem no irreversível tempo histórico, um tempo de processos e de evolução. No entanto, a ciência histórica tem limitações: pela impossibilidade de recriar totalmente o passado em função do que se espera ou deseja; pela dependência perante a escassez, a quantidade e o acesso às fontes que condicionam a visão e o conhecimento indirecto do passado; pela subjectividade da selecção elaborada pelo investigador e da influência do presente na compreensão do passado.

Não poderemos negligenciar os vários enquadramentos das fontes, no seu tempo, no contexto e numa época histórica, perante uma entidade ou instituição que as elaborou, para perceber a sua natureza, razão de ser e utilidade. Na verdade, o conhecimento do passado depende dos documentos que o mesmo nos lega e a sua existência, organização e conservação devem-se a um conjunto

de factores que não foram ordenados em função das exigências da pesquisa do historiador, mas sim das entidades produtoras, das circunstâncias, procedimentos e determinações da época. Vários historiadores partilham a ideia de que o conhecimento histórico é o que as fontes fazem dele, mas enquanto estas são intermediárias entre o passado e o historiador são, para além de um espelho da verdade histórica, um instrumento que pode ser, também, deformador na origem e na fase de produção das mesmas.

Este artigo pretende reflectir sobre o outro lado do trabalho de investigação, aquele que muitas vezes fica confinado ao capítulo das fontes, ou é remetido para notas de rodapé ou para anexos finais, mas que, no entanto, é vital para os historiadores e determinante para obter conclusões sobre os temas objecto de estudo.

IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES

Debruçamo-nos, neste estudo, sobre a região do Nordeste Transmontano, durante as duas primeiras décadas do século XX, espaço e tempo analisados na investigação que realizámos anteriormente sobre a emigração[1] e que se centrou na quantificação e na análise qualitativa do fenómeno, a partir da recolha de informação em diferentes tipos de fontes.

Para a análise quantitativa da emigração do distrito de Bragança (1901--1920), exploraram-se essencialmente cinco fontes, manuscritas e impressas:

- *Livros de Registos de Passaportes* (1900-1920, existentes no Arquivo Distrital de Bragança);
- Quatro publicações nacionais oficiais, a saber:

  – *Annuário Estatístico de Portugal* (1900; 1903; 1904-1905; 1906-1907; 1908-1910; 1910-1914; 1912-1916);
  – *Emigração Portuguesa* (1901-1912);
  – *Movimento da População* (1913-1920);
  – *Censos da População de Portugal (*1900,1911 e 1920).

Para a análise qualitativa do fenómeno emigratório regional utilizaram-se três tipos de fontes impressas:

- *Boletim de Emigração* (1919-1920);
- *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa* (1901-1920)*;*
- Imprensa regional.

[1] Este trabalho tem por base as fontes compulsadas aquando da elaboração da dissertação de Mestrado em História Contemporânea, apresentada à Faculdade de Letras do Porto em 1997.

1. LIVROS DE REGISTOS DE PASSAPORTES DO GOVERNO CIVIL DE BRAGANÇA

A utilização dos Livros de Registos de Passaportes partiu da necessidade de completar e comparar alguns dados numéricos apresentados nas estatísticas oficiais da emigração, nomeadamente quanto aos emigrantes em grupo que tiraram passaportes no distrito e dos quais as estatísticas oficiais apenas apresentam valores a partir de 1914.

Por isso, o trabalho em causa, não se apoiou no tratamento exaustivo desta fonte que, apesar de obedecer a formatações nacionais, revelou ser uma fonte regional com muitas particularidades para explorar.

Os Livros de Registo de Passaportes encontram-se em bom estado de conservação, ainda que com séries incompletas, devido a diversos factores entre os quais se inclui o incêndio no edifício do Governo Civil e o extravio de documentação na mudança de instalações. Por essa razão, não foi possível registar dados para 1901, 1904, 1905 por não existirem os Livros de Registos de Passaportes n.º 14, 16, 17 e 18, relativos a esses anos. Por sua vez, os livros de registo relativos aos anos de 1902 e 1906 estão incompletos. Após várias tentativas de localização dos referidos livros, para o período que nos interessava, conseguimos detectar a maior parte deles, no Governo Civil, e os restantes, no Arquivo Distrital de Bragança, onde se encontravam depositados. Foi possível, assim, reunir, documentação que estava dispersa e que se indica no quadro abaixo:

Quadro n.º 1 – Livros de registo de passaportes de Bragança (1902-1920)

Ano – Número de registos – data limite	N.º do Livro de Registo de Passaportes
1902 – n.º 106 a 281 – 01/03 a 31/11	15
1903 – n.º 1 a 217 – 02/01 a 30/11	15
1906 – n.º 122 a 563 – 15/03 a 31/12	19
1907 – n.º 1 a 809 – 02/01 a 21/12	19/20/21
1908 – n.º 1 a 1719 – 02/01 a 31/12	21/22
1909 – n.º 1 a 1076 – 02/01 a 31/12	22/23
1910 – n.º 19 a 820 – 03/01 a 31/12	23/24
1911 – n.º 1 a 2585 – 03/01 a 30/12	24/25
1912 – n.º 1 a 4617 – 03/01 a 31/12	25/26/27
1913 – n.º 1 a 3453 – 02/01 a 31/12	27/28
1914 – n.º 1 a 742 – 02/01 a 26/12	28/29
1915 – n.º 1 a 507 – 02/01 a 31/12	29
1916 – n.º 1 a 661 – 03/01 a 27/12	29
1917 – n.º 1 a 484 – 02/01 a 31/12	29
1918 – n.º 1 a 429 – 09/01 a 28/12	29/30
1919 – n.º 1 a 850 – 03/01 a 31/12	30
1920 – n.º 1 a 751 – 02/01 a 31/12	30
Total de registos: 20.564	

Os dados inscritos na folha de registo dos referidos livros, permitem a identificação e a descrição física (quando preenchidos) do requerente/titular:

- Nome do requerente (titular);
- Estado civil;
- Profissão;
- Filiação;
- Naturalidade (freguesia, concelho, distrito);
- Idade;
- A indicação de que "sabe escrever" (no canto superior direito do registo) (referente ao titular);
- Sinais característicos: altura, rosto, cabelos, sobrancelhas, olhos, nariz, boca e "cor natural" (no canto, superior esquerdo do registo);
- Sinais particulares (tais como: coxo, aleijado, cicatrizes, etc), dados físico-somáticos reveladores da mentalidade da época e, por isso, pouco objectivos.

Para além destes, existe outro tipo de informação relevante para a investigação sobre a temática da emigração:

- Local de destino;
- Local de embarque;
- Indicação de quem leva em companhia/na dependência do/a cargo de/ao cuidado de;
- Registo do número de passaporte;
- Validade;
- Referência ao passaporte abonado por documentos competentes;
- Data.

Outras particularidades detectadas nesta fonte: a designação Brasil aparece, a partir de 1913, impressa no formulário, bem como o espaço destinado aos acompanhantes com as expressões *mulher e filhos*. Frequentemente, surgem vários indivíduos ou grupos familiares da mesma povoação ou concelho que tiram o passaporte na mesma altura com diferença de alguns dias e para o mesmo local de destino. Situação detectável para o Brasil (Santos e São Paulo), bem como para os Estados Unidos da América e Chile.

Nos grupos familiares aparece um número considerável de mulheres casadas, jovens, acompanhando o marido e respectivos filhos (grupos até 12 membros) e grande número de menores, alguns com meses e até dias (caso extremo detectado de uma criança com seis dias). Encontramos mães acompanhadas dos filhos, sem registo de presença paterna e também pais que levam apenas filhos em sua companhia. Os outros acompanhantes apresentam graus de parentesco próximo: irmãos, sogros, sobrinhos, genros, enteados, avós, netos, serviçais (estes considerados como membros da família). Dos acompanhantes,

regista-se o primeiro e último nome ou somente o primeiro nome, idade e relação de parentesco com o titular. A discriminação dos acompanhantes é feita do elemento mais velho para o mais novo, tendo em conta um critério etário, tratando-se da mulher e filhos. Os restantes parentes aparecem, por norma, indicados no final.

A partir de 1919, nas observações consta também a indicação de *sem vínculo de trabalho*, nomeadamente para os requerentes de passaportes que se deslocavam para o Brasil e França. A especificidade desta fonte permite, pois, quantificar e conhecer a constituição dos grupos de emigrantes, bem como apreender as trajectórias/destinos continentais e intercontinentais percorridos anualmente, com especial destaque para as cidades do território brasileiro.

O local de embarque mais utilizado era o Porto, Leixões e Barca de Alva. Por via terrestre (seca), a saída fazia-se geralmente em Alcanices/Espanha. Cádiz aparece mencionada como zona de passagem. Os locais de destino aparecem referidos sem se especificar as zonas ou lugares. A designação genérica à Europa, a África e ao Brasil dificulta uma contabilização uniforme.

A validade do passaporte era inicialmente de 90 dias. A partir de 1908 passa para cinco anos. Posteriormente, os registos especificam o prazo de validade averbado de forma manuscrita ou corrigido no formulário base (ex: para o ano de 1910: 332, 48, 57, ou 55 dias).

Os passaportes apresentam uma numeração contínua. No entanto, em cada registo não são individualizados os acompanhantes que se deslocam na dependência do titular do passaporte. Nalguns casos, verificam-se que alguns registos têm falhas na ordem de numeração, aparecendo também registos anulados ou duplicados, surgindo, ainda, alguns registos com alíneas (ex: 1081 e 1081a). Desta forma, é difícil proceder-se a uma contabilização precisa do número de passaportes registados e, mais difícil ainda, a contabilização do número de pessoas que terá efectivamente emigrado.

Nos anos de 1917 e 1918, aparecem registos de passaportes para grupos de operários com destino à Europa (França), com um chefe e com um número de registo único, feito em nome do representante de cada grupo. Também a partir do ano de 1918, no mesmo espaço de registo, o requerente e o grupo podem surgir com numerações individuais para a esposa, os filhos a partir dos 10 anos e outros acompanhantes. Todos os menores com idade inferior a 10 anos, não têm direito a qualquer número de registo. Apesar desta individualização numérica continuam a aparecer registos com a discriminação dos acompanhantes ao *cuidado de* ou *na dependência de,* ainda que com número autónomo.

A falta de identificação do destino, a troca do destino pela naturalidade ou pelo local de embarque é corrente. Apenas em alguns registos, estas falhas de preenchimento são corrigidos, revelando a falta de uniformização no trabalho dos amanuenses que faziam o registo, dando origem a discrepâncias e obrigando o investigador a critérios atentos.

No registo das idades, não é mencionada a data de nascimento. Além disso verifica-se uma confusão frequente nos meses e anos referidos, criando alguns

problemas aos que pretendem fazer, a partir desta fonte, uma quantificação rigorosa da emigração por grupos etários.

Encontramos, também, alguns registos assinalados a vermelho no formulário, com a indicação de *2.ª via de passaporte,* devido quer ao extravio do documento quer à prorrogação do tempo de validade (situação pouco frequente).

A utilização desta fonte, requer, por estas e outras questões, uma grande atenção do investigador, nomeadamente para apuramento dos números de registos e do número de emigrantes, para cada ano, pelo facto de não serem correspondentes. Estes tipos de situações fazem com que os Livros de Registos de Passaportes exijam pois um trabalho aturado, que requer atenção particular, dado serem uma fonte com algumas irregularidades de preenchimento, mas que não impedem o apuramento "e análises quantitativas capazes de contribuir monográfica e microscopicamente para o estudo das migrações portuguesas localizadas e, assim, conduzir a algumas respostas nos estudos da emigração nacional"[2].

2. *ANNUARIO ESTATÍSTICO DE PORTUGAL*

Este tipo de fonte, publicada desde 1875, no período que nos importa, revela-se útil por conter dados demográficos que vão desde a natalidade, mortalidade, nupcialidade e emigração, ao território, culto religioso, passando pela justiça, agricultura e comércio. J. Manuel Nazareth a propósito dos *Annuários Estatísticos* afirma que "dada a morosidade das Estatísticas Demográficas, os tornam em instrumentos de trabalho bastante úteis"[3].

O *Annuário Estatístico* revela já uma estatística oficialmente organizada, mas ainda de forma incipiente e incompleta, no tocante à questão da emigração.

Na advertência ao volume publicado em 1907, em que se apresenta a publicação, o então director-geral interino, A. J. Campos de Magalhães, escreve que: "Ao effectuar-se a publicação deste último Annuário espera-se a breve trecho entrar numa phase de regularidade, conseguindo-se formas conhecidas do público os dados estatísticos, sem decorrerem tantos annos sobre aquelles a que se referem".

Aqui podem apurar-se também alguns indicadores numéricos sobre o fenómeno emigratório de Portugal Continental e do distrito de Bragança, ainda que menos completos (especialmente a partir de 1900) em relação aos apresentados na publicação *Emigração Portuguesa* de que falaremos a seguir.

2 LOPES, 1995: 212.
3 NAZARETH, 1988: 183.

3. *EMIGRAÇÃO PORTUGUESA*

Esta publicação editada em 12 volumes, entre 1904 e 1913, apresenta dados estatísticos referentes ao período de 1901 a 1912[4]. Atendendo à especificidade da questão migratória, o Ministério dos Negócios da Fazenda entendeu por bem criar uma publicação autónoma, para registo de informações numéricas.

É a partir do ano de 1901 que a publicação se apresenta com este cariz. Esta obra apresenta um conjunto de informações preciosas, atendendo às limitações técnicas da época, para além de esquematizar e racionalizar o tipo de registo sobre a emigração. As tabelas e os gráficos que contém, revelam uma preocupação pela necessidade de concretizar o femómeno emigratório, em termos quantitativos.

A *Emigração Portuguesa* inclui dados relativos ao continente português, às ilhas e às possessões ultramarinas. Especifica zonas geográficas, desde as províncias até aos distritos, chegando mesmo às distribuições concelhias. Para além deste horizonte geográfico, o conteúdo prima por uma grande riqueza e variedade de informação recolhida, relativa à origem dos emigrantes, à distribuição por sexos, às sua profissões, alfabetização, idade, estado civil, destino, causas do fenómeno e movimentos nos principais portos do continente, entre outros. Grande parte destes dados é apresentado mensalmente, o que pode valorizar a pesquisa e enriquecer a análise de determinados conteúdos do fenómeno emigratório.

Apesar de algumas discrepâncias numéricas, a quantificação é bastante completa, procurando, sempre que possível, estabelecer parâmetros comparativos entre os valores de vários anos.

4. *MOVIMENTO DA POPULAÇÃO. ESTATÍSTICA DEMOGRÁFICA*

Publicação com 9 volumes, repartidos pelos seguintes anos: 1909-1913; 1910-1914; 1911-1915; 1912-1916; 1913-1917; 1914-1918; 1915-1919; 1916--1920 e 1917-1921[5]. Esta publicação, editada pelo Ministério das Finanças entre 1915 e 1922, vem na sequência da *Emigração Portuguesa* que deixou de se publicar a partir de 1913. O tipo de tabelas estatísticas bem como os gráficos apresentam-se na forma e nos conteúdos com uma grande uniformidade.

O motivo da inclusão do capítulo da emigração nesta estatística demográfica é apresentado pelo então chefe da 4.ª Repartição da Direcção Geral de Estatística, Paulo de Melo, quando afirma, em 1915, a propósito dos registos estatísticos da emigração entre 1909 e 1913:

> Sendo de capital importância, para estudos de ordem social e económica,

---

4 *EMIGRAÇÃO Portuguesa 1901-1912*. Ministério dos Negócios da Fazenda/Direcção Geral da Estatística e Próprios Nacionais. Lisboa: Imprensa Nacional, 1904-1913. 12 volumes.

5 *MOVIMENTO da População*. *Estatística Demográfica*. Ministério das Finanças/Direcção Geral da Estatística. Lisboa: Imprensa Nacional, 1915-1922. 9 volumes.

> o conhecimento, tão pormenorizado quanto possível, do Movimento da População, pareceu-me que seria de todo o ponto conveniente reunir num único volume o que a esse respeito se refere. É por isso que, de futuro, deixarão de ser publicados separadamente os volumes estatísticos referentes ao Movimento Fisiológico e à Emigração.
>
> Estas estatísticas juntamente com as que se referem ao movimento de passageiros, tanto nos portos portugueses (publicada pela primeira vez) como nas fronteiras terrestres por via-férrea, estão tão intimamente ligadas entre si, sob o ponto de vista demográfico, que não devem ser separadas em volumes especiais[6].

A emigração é, assim, para além da natalidade, mortalidade e nupcialidade, uma questão importante e complementar para o estudo do movimento da população. É, inclusivamente, objecto de estatísticas oficiais, em brochuras específicas, devido aos elevados valores numéricos que apresentava e à necessidade de se conhecerem as razões de um fenómeno populacional e social que marcava a sociedade portuguesa. Reconhecido como um "importantíssimo assunto e cancro que afecta todos os países", o *Movimento da População* de 1917 refere sobre o fenómeno migratório, o seguinte:

> Testemunha-se eloquentemente o seu decrescimento por uma forma que deve causar o maior júbilo. Desde 1901 que o seu acréscimo se acentuava de ano para ano, em vertiginosa carreira, subindo em seis anos de 21.000 para 44.000. E estes números ainda mais se elevaram no ano de 1912 em que atingiram 89.000, por motivos de várias ordens, entre os quais avultam as grandes vantagens oferecidas pelos agentes do Governo Brasileiro e de certo modo também a anormalidade que resulta de uma mudança de sistemas políticos.
>
> A baixa que a seguir se deu para 26.000 em 1914 demonstra que a última das causas que determinaram aquela tão elevada cifra emigratória desapareceu pelo restabelecimento da confiança pública, devendo ainda acrescentar-se que esta descida se acentua cada vez mais, podendo desde já calcular-se que ela passou ao mínimo do existente anterior a 1910[7].

5. *CENSOS DA POPULAÇÃO*

Os dados censitários referentes aos recenseamentos efectuados nos anos de 1900, 1911 e 1920, com datas de 1 de Dezembro funcionam como um núcleo documental de referência no âmbito da demografia. Tal como afirma J. Manuel Nazareth: "Os serviços demográficos das Nações Unidas, definem recenseamento de uma população como o conjunto de operações que consistem em recolher, agrupar e publicar dados demográficos, económicos e sociais que dizem respeito a um momento determinado. Uma das características funda-

6 *MOVIMENTO da População…. 1909-1913*.
7 *MOVIMENTO da População… 1913-1917*.

mentais do recenseamento é a simultaneidade de recolha"[8].

5.1. ***O Censo de 1900*** correspondente ao 4.º Recenseamento da População[9]. Apresenta-se com quatro volumes:

- Vol. I – Fogos – População de residência habitual e de facto, distinguindo sexos, naturalidade, estado civil e instrução elementar.
- Vol. II – População de facto agrupada segundo as idades, distinguindo sexos, estado civil e instrução elementar.
- Vol. III – População de facto classificada segundo as grandes divisões profissionais por sexos e grupos de idades, cegos, surdos-mudos, idiotas e alienados. Número e composição das famílias.
- Vol. IV – Resultados gerais do Recenseamento. Neste censo introduziu-se a questão da religiosidade por distritos e concelhos, atendendo à distribuição por sexos.

5.2. O ***Censo de 1911***[10] foi publicado um ano depois dos prazos legais estipulados pelo Congresso Internacional de Estatística em 1872 (os censos deveriam realizar-se nos anos terminados em 0), sendo esta uma excepção, atendendo à mudança de regime político verificada em Portugal no ano de 1910. De salientar que no ano de 1911 se dá uma mudança estrutural, com a introdução da obrigatoriedade do registo civil. É o 5.º Recenseamento da População Portuguesa e segue uma linha de continuidade com o anterior, apresentando-se os resultados em seis volumes:

- Parte I – Fogos-População de residência habitual, população de facto distinguindo sexos, nacionalidade, naturalidade, estado civil e instrução (abrange distritos, concelhos e freguesias).
- Parte II – População de facto, agrupada por idades, distinguindo sexos, estado civil e instrução.
- Parte III – Cegos, surdos-mudos, idiotas e alienados, por sexos.
- Parte IV – Longevidade – Indivíduos de 80 ou mais anos, agrupados por idades, distinguindo o sexo. Este é um capítulo inovador e extenso no conjunto dos recenseamentos em causa, indo ao pormenor da freguesia.
- Parte V – População de facto, classificada segundo as grandes divisões profissionais, distinguindo sexos, por grupos de idades.
- Parte VI – Censos das Povoações, Fogos – População de facto classifi-

---

8 NAZARETH, 1988: 178.

9 *CENSO da População do Reino de Portugal no 1.º de Dezembro de 1900*. Ministério dos Negócios da Fazenda/ Direcção Geral da Estatística e Próprios Nacionais. Lisboa: Imprensa Nacional, 1905. 4 volumes.

10 *CENSO da População de Portugal no 1.º Dezembro de 1911*. Ministério das Finanças/Direcção Geral da Estatística. Lisboa: Imprensa Nacional, 1913. 6 volumes.

cada por distritos, concelhos, freguesias e povoações. A população é distribuída em cada freguesia por núcleos de população que a integram.

5.3. O ***Censo de 1920*** corresponde ao 6.º Recenseamento Geral da População de Portugal[11]. É composto por dois volumes:

- Vol. I – Fogos – População de residência habitual e população de facto, distinguindo sexos, nacionalidade, naturalidade, estado civil e instrução.
- Vol. II – População de facto agrupada por:
  - a) Idades, distinguindo sexos, estado civil e instrução.
  - b) Número de cegos, surdos-mudos, idiotas e alienados por sexos.

O recenseamento da população efectuado nos anos referidos obedeceu a instruções próprias, especificadas na introdução destas brochuras, e reflectem uma grande preocupação com a forma de execução das operações de registo e com o rigor das estatísticas demográficas.

A informação censitária é extremamente rica pela sistematização com que opera, podendo obter-se dados não só ao nível de Portugal Continental, distrital e concelhio, como das freguesias, permitindo traçar, com rigor e precisão, o quadro demográfico do país, na época.

Nos censos podemos encontrar ainda dados referentes ao número de concelhos e freguesias, número de habitantes por km^2, número de fogos, tipos de naturalidade, número de estrangeiros residentes no país, entre outros. Também devemos salientar as análises comparativas com censos anteriores, a apresentação de gráficos ilustrativos e de valores relativos à evolução da população em países estrangeiros. A apresentação de relatórios sobre a forma como decorreram os trabalhos de registo e também os comentários perante determinados valores censitários é de realçar nesta publicação.

As oscilações populacionais são aqui destacadas pelas suas quebras ou ascensões. A questão da emigração é objecto de comentários, atendendo ao volume crescente que apresentava.

6. *BOLETIM DE EMIGRAÇÃO*

Brochura trimestral editada entre Outubro de 1919 e 1933, pelo Ministério do Interior e Comissariado Geral dos Serviços de Emigração, aproximadamente com cinco números anuais[12].

Este Boletim oficial destinava-se à publicação de informações diversifica-

11 *CENSO da População de Portugal no 1.º de Dezembro de 1920*. Ministério das Finanças, Direcção Geral de Estatísticas. Lisboa: Imprensa Nacional, 1923. 2 volumes.

12 *BOLETIM de Emigração (1919-1933)*. Ministério Interior/Comissariado Geral dos Serviços de Emigração. Lisboa: Imprensa Nacional, ano I-VI, n.º 1-4, 1919-1925.

das, relativas ao fenómeno emigratório no início do século XX, tais como:

- Correspondência preparatória para o patronato (ofícios e circulares expedidos pelo Comissariado e respectivas respostas);
- Tabelas, pistas e estatísticas sobre as companhias de navegação e agentes de passagens e passaportes habilitados perante o Comissariado;
- Propostas do Comissariado Geral sobre temas vários referentes ao funcionamento dos serviços de emigração e afins;
- Divulgação de textos informativos e críticos alusivos ao conceito de emigração, com esclarecimentos próprios sobre as suas múltiplas perspectivas;
- Bibliografia temática actualizada;
- Factos e informações diversas.

A leitura destes boletins permite uma melhor compreensão de algumas perspectivas da interpretação do fenómeno emigratório, nas duas primeiras décadas do século XX, dos organismos oficiais de então, bem como a forma como se diagnosticavam alguns dos problemas e se apresentavam potenciais alternativas ou soluções para os resolver.

As dimensões internacional, nacional e regional da emigração estão patentes em textos e artigos publicados nestas brochuras, bem como a grande preocupação com conceitos como o de *emigrante, emigração* e *colonização,* entre outros.

As informações enviadas dos consulados portugueses, especificamente do Brasil, incluídos nesta publicação, de grande riqueza informativa, alargam, ainda mais, o leque das possibilidades de análise.

7. *COLECÇÃO OFICIAL DE LEGISLAÇÃO PORTUGUESA*

Este vasto conjunto documental permite fazer o enquadramento legislativo do fenómeno da emigração, bem como o conhecimento de um conjunto de normas legais, regulamentos e de procedimentos inerentes à emissão de passaportes e outras matérias afins a merecer um inventário e tratamento específico.

8. IMPRENSA REGIONAL DE BRAGANÇA (1900-1920) – BREVE NOTA

Dos periódicos do concelho de Bragança, publicados entre 1900 e 1920, num total de 30 títulos, centrámo-nos, na investigação que desenvolvemos, mais directamente em 18 deles, dos quais 13 contêm notícias sobre a emigração ou sobre questões relevantes no contexto do distrito de Bragança. Privilegiando nós, neste artigo, as fontes quantitativas, não queremos, no entanto, deixar de mencionar o valor da imprensa regional para a investigação sobre o fenómeno emigratório. Por certo, será um aspecto pertinente a desenvolver

oportunamente dentro desta área de estudo.

De momento, apresentamos, apenas, uma relação dos periódicos que abordaram a questão da emigração, no distrito de Bragança, para o período cronológico em causa:

- *Alerta*
- *O Bragançano*
- *Districto de Bragança*
- *Gazeta de Bragança*
- *Jornal de Bragança*
- *O Leste Trasmontano*
- *O Montanhês do Norte*
- *O Nordeste*
- *Notícias de Bragança*
- *Notícias de Nordeste*
- *A Pátria Nova*
- *O Trasmontano*
- *Illustração Trasmontana*

CONCLUSÃO

No vasto universo das fontes nacionais, regionais e locais, quer manuscritas quer impressas, sobre a emigração, muitas podem ser as linhas de pesquisa. Pela relevância dos dados que neles se inscrevem os *Livros de Registo de Passaportes* permitem uma informação quantitativa fundamental para a recuperação dos contingentes numéricos, para além de um conjunto de informações valiosas sobre as componentes demográficas e socioeconómicas locais.

A relevância do fenómeno emigratório, no início do século XX, em Portugal, justificou que na transição para o regime republicano e durante a sua vigência, se privilegiassem novas formas de registo oficial, mais cuidadas e sistemáticas que permitissem reunir, de forma mais rigorosa, dados sobre o país, onde cada região aparecesse diferenciada segundo muitas variáveis. Essa preocupação com a quantificação não impediu, no entanto, que, devido à emigração clandestina, um grande número de portugueses não entrasse nas estatísticas oficiais, inviabilizando uma contabilização mais exacta. Assim, enquanto fenómeno social e populacional de enorme complexidade, nem sempre as estatísticas oficiais puderam dissecar a emigração na sua globalidade.

No entanto, várias são as publicações que, como verificámos, se podem compulsar para o estudo quantitativo desta temática. As interrogações iniciais sobre os emigrantes marcam as linhas de apuramento estatístico: quantos são, qual a sua origem concelhia, qual o seu sexo e estado civil, quais os grupos de idades mais atingidos por este fenómeno, a que grupos profissionais pertenciam, que níveis de instrução revelavam, para onde se dirigiram, de onde par-

tiram, por que partiram e com que finalidade, são muitas das questões a que, dessa forma, se pretende dar resposta.

BIBLIOGRAFIA

LOPES, Maria Teresa Braga Soares, 1995 – "Correntes de Opinião Pública e Emigração no Distrito de Aveiro (1882-1894)". *População e Sociedade*, Porto: CEPFAM, n.º 1, p. 209-231.

MARTINS, Maria da Graça, 1997 – *A Emigração do Distrito de Bragança (1901-1920) – Uma Análise Regional*. 2 volumes (dissertação de Mestrado em História Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto).

MARTINS, Maria da Graça, 1998 – "A Emigração do Distrito de Bragança (1901-1920), uma análise regional". *População e Sociedade*, Porto: CEPFAM, n.º 4, p. 321-365.

MARTINS, Maria da Graça, 1999 – "A Emigração do Distrito de Bragança e a imprensa regional, no limiar do século XX". *População e Sociedade*, Porto: CEPFAM, n.º 5, p. 121-166.

MARTINS, Maria da Graça, 1999 – "Trajectórias geográficas dos emigrantes transmontanos no limiar do século XX". *Revista Cultural Domus*, Bragança: ISLA, n.º 3-4, p. 175-249.

MARTINS, Maria da Graça, 2000 – "Níveis de alfabetização dos emigrantes transmontanos no limiar do século XX". *Revista Cultural Domus*, Bragança: ISLA, n.º 5-6, p. 91-126.

MARTINS, Maria da Graça, 2007 – "A emigração do Nordeste Transmontano para o Brasil no início do século XX". *População e Sociedade*, Porto: CEPESE, n.º 14, p. 257-281.

NAZARETH, J. Manuel, 1988 – *Princípios e Métodos de Análise da Demografia Portuguesa*. Lisboa: Editorial Presença.

HERÓIS NO MAR, HEROÍS NA TERRA: VILA MADALENA, UM PORTO SEGURO

Yvone Dias Avelino

Este artigo é o resultado parcial de uma pesquisa sobre o Bairro de Vila Madalena, em São Paulo, que acolheu imigrantes portugueses desde o início do Século XX, até meados dos anos 60, apresentada por nós no *IV Encontro Internacional sobre A Emigração Portuguesa para o Brasil: Nas Duas Margens. Os Portugueses no Brasil*, realizado entre 21 a 25 de Julho de 2008 na Universidade Lusíada do Porto, cidade do Porto, em Portugal. Várias foram as fontes que já burilamos para esta pesquisa, tais como Documentação Oral, Carteiras Modelo 19 (registros de identidade), Livros de Registros de chegada de imigrantes, fotografias, jornais, registros de compra e venda de imóveis entre outros. Nesta nossa explanação, trazemos principalmente as contribuições que recebemos da Fonte Oral, pois acreditamos que é ela teoricamente, para os historiadores, de grande utilidade.

Houve uma época em que apenas alguns historiadores reconheciam a utilidade da técnica, sendo pouco o seu uso prático. Restringia-se a alguns eruditos da área, ao contrário do hoje, onde ela encontra uma grande aceitação em diversas áreas do conhecimento, especificamente entre os historiadores

A Documentação Oral parte da descoberta do passado, e de fontes que se buscam localizar, apreendendo, compreendendo, estabelecendo um sentido do que foi, do que aconteceu. Esta linha de preocupações nos conduziu à confecção de documentos não só fidedignos quanto à procedência, mas ricos de conteúdos[1] também.

Deste projeto de pesquisa centrado no cruzamento de fontes orais e escritas resultou em um momento de nosso trabalho com a Fonte Oral um Museu de Rua, e um farto e expressivo material, com várias entrevistas realizadas, cujas fitas foram transcritas pelo grupo de pesquisadores à época, e que fazem parte de um acervo que se encontra na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

A Documentação Oral enquanto técnica possibilita o aparecimento de um tipo especial de fontes. O registro oral, diferentemente da autobiografia, é produzido pela interação entre entrevistador e entrevistado, assumindo o primeiro um papel fundamental. Dar ouvidos aos que viveram a história é para Thompson empreender a representação do passado[2]. A palavra daquele que viveu a História assume um papel muito significativo. A História Oral cresceu "como uma

---

1 FROTA, 1985.

2 THOMPSON, 1978.

bola de neve"[3], e nas últimas décadas, passou a ocupar um espaço privilegiado no universo não só Historiográfico, mas no conjunto das Ciências Humanas[4].

Ao utilizarmos a entrevista para recuperarmos a trajetória, a construção e o desenvolvimento desta vila, através da fala dos seus agentes, optamos proceder mais como um diálogo, onde o outro fala mais do que uma "entrevista dirigida", passível de se transformar em uma fonte objetiva. Acreditamos que apenas esta explicitação permite-nos entender a dimensão do outro, que constrói o seu próprio domínio do passado com serenidade, na organização da sua memória a partir daquela situação. A espontaneidade, a sinceridade e as questões éticas assumem assim um papel fundamental nesta perspectiva. A entrevista espontânea, levada essencialmente pelos interesses do entrevistado constitui-se em potencialidade da construção de uma "self-imagem", que se afirma a partir de um universo cultural específico.

Desta forma, a memória que é veiculada pela narrativa da História de Vida, registrada mecanicamente e logo transposta para o texto escrito, antes de ser algo dado a priori, passível de ser resgatada, é uma "invenção", uma construção que se instituiu a partir da interação entre os dois "selfs"[5].

É necessário com esse procedimento ter paciência e cautela, posto que aumenta a responsabilidade ética do pesquisador, que enfrenta o problema das relações de poder, que se estabelecem no trabalho com a Documentação Oral em todas as suas etapas, desde os contatos preliminares, passando pela entrevista, e chegando à fase de transcrição e análise[6]. Neste sentido, a redefinição de metodologia e técnicas se apresenta como uma necessidade decorrente destas intenções específicas. Assim sendo, optamos pela entrevista não-diretiva, técnica esta, que mais se adaptava ao nosso trabalho de campo, visto estarmos lidando com personagens populares, não acadêmicos, nesta primeira fase da pesquisa. Isto não significa um silêncio do entrevistador frente ao entrevistado, mas sim de uma posição interativa do primeiro frente ao segundo, pois é através dele que se realiza a direção da entrevista.O entrevistado dá conta de suas experiências subjetivas a respeito de acontecimentos que tenha visto, escutando ou participando. Enquanto o entrevistador, por sua vez, deve estar atento ao propósito de não conduzir a entrevista aos seus fins e de atentar também para os aspectos dados como importantes pelos entrevistados, os quais podem ser indicadores do seu grau de compromisso com a situação. Na História Contemporânea, muitos fenômenos históricos são produzidos a partir da palavra. É a palavra pois, o veículo que mensura a importância do acontecimento. Aliada ao vídeo, a palavra foi transformada em ato, dando às declarações, discursos e entrevistas um cunho que data os nossos tempos de um presente pleno de "História"[7].

---

3 NEVINS, 1984.
4 GALLIAN, 1992.
5 GALLIAN, 1992: 32.
6 GALLIAN, 1992: 33.
7 FROTA, 1985: 50.

Seguindo esta linha de reflexão, apontamos o prefácio do livro *Vila Madalena: História, Fatos e Fotos*[8], do jornalista Gilberto Dimenstein, coordenador do Projeto Cidade Escola Aprendiz, projeto este que propõe transformar o bairro em escola, retirando meninos pobres da rua, onde narra:

> O Fascínio que Nova York exerce no mundo é, em essência, o fascínio que Vila Madalena exerce na Cidade de São Paulo. A "Vila" consegue ser uma ilha paulistana onde se mesclam cosmopolitismo e provincianismo, aglutinando boemia, arte e intelectualidade. Não é um bairro homogêneo: encontram-se apartamentos milionários próximos de cortiços, que fazem lembrar os primórdios da ocupação do bairro. Andar à pé pela "Vila" é um delicioso programa para quem está disposto a fazer paradas estratégicas e conversar com seus personagens: artesãos, artistas plásticos, músicos, e gente simples, com uma boa história para contar.

Esta é a Vila Madalena de hoje. Agitada, movimentada, eclética, com personagens de variadas nacionalidades e com casas, construções e arquiteturas comerciais que lhe dão coloridos degradês, feições multicoloridas, que a enfeitam e lhe dão uma identidade original.

Mas ontem, em uma outra época, um outro século, a Vila não se apresentava tão glamourosa como hoje. Era pacata, com uma população pequena, constituída por comunidades de portugueses, italianos, espanhóis e negros, definidas pontualmente. A população portuguesa era maioria, e era essa população que cuidava de grande parte da organização dos eventos, tanto religiosos, como esportivos, sociais e educacionais.

A Vila Madalena, no início do século XX, era apenas uma seqüência de morros, que começava próximo ao chamado Córrego do Rio Verde, e terminava perto do Córrego das Corujas. Era uma imensa gleba de terra. Havia árvores frutíferas e capinzais ótimos para o pasto de gado. Na época, apenas poucos se arriscavam para um passeio a cavalo, ou a pé, para caça a aves. Os locais aonde havia mais movimento eram o Largo dos Pinheiros, hoje conhecido como Largo da Batata. As pessoas apenas andavam a cavalo, ou de carroça, na chamada Estrada das Boiadas, hoje Avenida Dr. Diógenes Ribeiro de Lima, que termina no visinho Bairro da Lapa.

Na entrevista[9] realizada com Dona Maria Justo, de 84 anos, filha de imigrantes portugueses que fazem parte dos sujeitos da nossa pesquisa, que ocuparam este território no início do século XX, a mesma confirma essa mudança progressista do antigo bairro pacato:

---

8 AFONSO, 2002.

9 Entrevista realizada por Maria Aparecida Blaz Vasques Amorim e Carlos Danilo Oliveira Lopes, pesquisadores do NEHSC, utilizando a técnica da Documentação Oral, em 27 de Junho de 2008, com Dona Maria Justo, na residência da mesma, situada à Rua Aspicuelta, 334 – Vila Madalena – São Paulo.

Naquela época, a Vila Madalena era um encanto de vila, porque era uma vida bem família, não tinha asfalto, só tinha água de poço, não tinha água de rua, não tinha luz na rua. Então, era uma vida bem família. Agora não, agora é só restaurante, boteco, eu não sei onde essa gente arranja tanto dinheiro, que não é gente da Vila Madalena que gasta aqui. Pra não dizer que eu nunca entrei em nenhum lugar, eu fui nesse restaurante português que se chama Pois-Pois, porque só tem bacalhau. Foi meu irmão Ivo e a Mara que me levaram duas vezes, porque eu não saio, vou comer onde? Agora aqui você não vê casas, só tem restaurante. Tem a minha e a da vizinha, e toda hora o pessoal das imobiliárias vem bater na porta para saber se a gente quer vender, não tem casa para morar, toda hora vem gente perguntar se eu não tenho quarto para alugar.

Meus pais vieram para o Brasil, vieram como imigrantes. Naquela época havia os navios que levavam "um século e meio para chegar", minha mãe falava que a primeira casa na qual ela morou foi no Brás, de lá ela veio aqui para a Rua Saracura, que hoje nem tem mais esse nome.

Vieram para cá muitos imigrantes portugueses, mas já morreram quase todos. Meu pai veio com a minha mãe no mesmo navio, eles tinham amizade, nem pensavam em namorar. Aqui no Brasil eles se encontraram, namoraram e casaram. Foi então que vieram morar na rua Saracura. O primeiro emprego que meu pai conseguiu aqui foi no Instituto Paulista, lavar defuntinho, e minha mãe trabalhava na lavanderia. Ela trabalhou bastante tempo ali. Então nós nos mudamos, depois de muitos anos viemos aqui para a Heitor Penteado. Meu pai tinha uma chácara que vendia leite para fora, ali perto da Igreja do Calvário. O Calvário era uma capela. Então, meu pai tirava leite e a gente entregava pelo bairro. Naquele tempo, não era pasteurizado, tirava da teta da vaca e já entregava para os clientes, mas os fiscais da prefeitura começaram a dar em cima, meu pai começou a ficar doido, porque... eles vinham toda hora... ele resolveu largar de fazer aquilo.

A Vila era mato, não tinha bonde, ai a gente saia com um sapato velho, era só lama, tinha um bar ali na esquina, ali perto onde tinha uns portugueses que eram amigos da gente. Deixávamos lá num cantinho do boteco dele o sapato sujo de barro, calçávamos outro limpo e íamos para a cidade. Fazíamos compras no Mercado Municipal. Naquele tempo, a gente deitava e rolava, andava e não tinha preguiça. Quando voltava, tirava o sapato limpo e calçava o sujo. Depois veio o asfalto para a Vila Madalena. Aí o bonde começou a vir até aqui. Foi no governo Jânio Quadros, em 1957 e foi quando eu virei funcionária pública.

Com o início das vendas de terras, da formação de loteamentos, foram se formando vilas dentro da própria Vila, criadas por grupos de parentes e amigos, que vinham chegando ou de outros bairros, como é o caso dos pais de Dona Maria, que vinham do Bixiga, ou outros, que vinham diretamente de Portugal. Foram chegando, então, e fixando-se na região. Propositalmente, como nos narra Lúcia Helena Gama[10], como se possuíssemos uma lente de aumento para perceber a emergência de alguns traços dessa população cuja intimidade reteve

[10] GAMA, 1998: 90.

vínculos sociais que aí se estabeleceram, encontramos nos relatos e nos documentos profissionais de nacionalidade portuguesa os que aí se estabeleceram: o barbeiro, a costureira, o leiteiro, o padeiro, o médico, que não apenas chegaram à suas portas, mas adentraram os seus lares e estabelecem relações. Relações de serviços muito diferentes da atual vida nas modernas metrópoles. Estes sujeitos foram diversificando suas profissões, e seus filhos, alguns, em algumas famílias que estudamos, tornaram-se servidores da limpeza pública, motorneiros, cobradores de bondes, padeiros, leiteiros, saqueiros, açougueiros, sapateiros, donos de "vendas". Outros, de outras famílias, saltaram mais alto. Foram para as universidades, e hoje, são dentistas, professores universitários, médicos, engenheiros, advogados, formando na própria Vila, ou fora dela, um contingente de trabalhadores e de intelectuais que ajudaram esta cidade de São Paulo a crescer, a melhorar e a transformar-se, transformando também a Vila onde seus pais foram os pioneiros.

Com a construção do Cemitério São Paulo na Vila Madalena, autorizada pela Câmara Municipal de São Paulo em 1920, gerou-se mais um grande número de empregos: pedreiros, pintores, carpinteiros, encanadores, jardineiros, serventes e coveiros. Os cemitérios do Araçá e da Consolação, que eram próximos à Vila também empregaram muitos dos que chegavam[11]. Alguns tornaram-se funcionários públicos efetivos da Prefeitura Municipal de São Paulo, trabalhando ou nesses cemitérios, ou no Departamento de Limpeza Pública, indo trabalhar no forno de lixo, no bairro do Sumaré. A coleta de lixo era feita com carroça, e descarregada neste local, onde o incinerador queimava o lixo da cidade.

Concomitantemente, estas terras da Vila iam sendo adquiridas através das primeiras economias dessa brava gente portuguesa, que trabalhava duro, não escolhia serviço e sabia poupar. As terras compradas eram registradas no Registro de Imóveis da 1.ª Circunscrição da Comarca da Capital do Estado de São Paulo. Algumas terras mais distantes eram griladas, ou seja, ocupadas indevidamente, fazendo-se Usucapião[12]. A Vila tomou ares de vilarejo, onde nas esquinas havia empórios e botecos. Segundo Ênio Squeff[13]:

A escritora Gertrude Stein, magnificamente retratada por Picasso em um de seus melhores óleos, num livro que ficou famoso, escreveu repetidamente a frase "uma rosa é uma rosa, é uma rosa" e por aí afora, indefinitivamente. Sem querer imita-la, (mas já a imitando) poder-se-ia dizer que a "Vila Madalena é uma vila, é uma vila, é uma vila", também eternamente, e tudo para enfatizar que, se a Via Madalena já não é, hoje em dia, rigorosamente uma "vila", um dia ela o foi. E com todas as implicações que o termo sugere.

Na verdade, a palavra vila é bem mais antiga do que a nossa imaginação possa construir, tanto pelo que sabemos dela, quanto pelo que a própria História

---

11 AVELINO, 2008.

12 FERREIRA, 1975: 1434. Modo de adquirir propriedade móvel ou imóvel, pela posse pacífica e ininterrupta da coisa durante certo tempo. Prescrição aquisitiva.

13 SQUEFF, 2002: 59.

do Brasil ensina. Que o diga o dicionário Houaiss, no qual a palavra "Vila" aparece como uma povoação de categoria inferior a uma cidade, mas superior a uma aldeia. Considerada somente por essa primeira definição, a Vila Madalena talvez se encerre mesmo na fórmula sugerida por Gertrude Stein – de ser apenas uma vila; ou de não ser mais do que isso, já que um dia foi isso e muito mais".

Os portugueses, nosso objeto de pesquisa, saíram de pequenas aldeias, dos vários cantos de Portugal, para se situarem na vila que era mais que uma aldeia, mas não era a cidade, embora circunscrita geograficamente à metrópole paulistana, que já se urbanizava, iniciava a industrialização e prometia ser uma grande megalópole.

A Vila Madalena do início do século XX originou-se de pequenas chácaras, como a Chácara de Francisco Mourato, hoje rua Mourato Coelho, esquina com a Rua Delfina; a Chácara do Instituto Pinheiros, imenso laboratório especializado em farmacologia, sobretudo vacinas; a Chácara do Paco, um espanhol que plantava flores e verduras para vender na região de Pinheiros; a Chácara das Vinhas, cujo dono cultivava uvas, e fazia um excelente vinho; Chácara da Primor, cujo proprietário montou a primeira padaria do bairro, com o mesmo nome da chácara. Naquele tempo, as padarias só faziam pão (ao contrário de hoje, onde encontramos no mesmo espaço doceria, supermercado, etc), e que no final da tarde, o pão era entregue nas casas, com carroças, cujos estacionamentos ficavam nas chácaras. A rotina das padarias começava logo cedo, para poderem levar o pão à mesa dos fregueses. As primeiras padarias foram de portugueses. Até hoje, ainda se brinca que padarias boas são de famílias de Além-mar, da Santa Terrinha:

> Aqui na Vila, meu pai comprou uma padaria, coisa que nunca tinha sido... resolveu ser padeiro. Olha minha filha, se você soubesse quanto saco de sal e farinha eu carreguei... eu tinha uns doze anos, vim para a Vila Madalena com oito, veja há quantos anos eu moro aqui. Todos os meus irmãos trabalhavam, principalmente os mais velhos. Trabalhavam com meu pai na padaria, e meu pai só vendeu a padaria porque no tempo da guerra só vinha aquela farinha de glúten... hoje é moda comer pão de glúten, mas naquela época as pessoas reclamavam. Meu pai ficou com medo da farinha fazer mal e matar alguém, vendeu a padaria, se aposentou e nós viemos morar nessa casa. Meu pai, com o dinheiro da venda da padaria, construiu essa casa e aquelas duas ali no fundo, o terreno era grande, e esse foi o patrimônio que ele nos deixou. Olha o que eu trabalhei para ajudar... por isso falo, por trabalhar ninguém morre. Eu carregava saco de farinha e nós tínhamos um empregado mineiro, que podia me ver carregando o saco. Se não fosse hora de trabalhar, ele não dava nem bola, então são coisas que marcam a vida da gente.

As citadas chácaras serviam-lhes para subsistência, pois ali criavam porcos, galinhas, patos, plantavam hortaliças, erva-mate etc. Essa subsistência garantia o sustento dessas famílias, e possibilitava o sustento das novas famílias, criadas a partir dos matrimônios entre os jovens que ali conviviam.

Posteriormente, com o aumento do número de crianças, foi criada a primeira escola da Vila, em 1927. Era a Escola Mista Isolada Vila Madalena. Funcionava em dois períodos. Como havia pouco espaço físico e a Vila crescia, alguns moradores com a ajuda do Governo do Estado elaboraram um projeto para a construção de uma escola maior. Foram aproveitadas essas duas salas, e montou-se toda a instalação maior, que foi inaugurada em 1933, com o nome de Grupo Escolar de Vila Madalena. Uma escola grande para a época, que mantinha o curso primário.

> E essa é a vida da gente... sabe o que eu sinto mais hoje? O fato de não ter mais amizade, naquela época todos os vizinhos eram amigos, a gente fazia festas enormes nas ruas, todos participavam, hoje não. Eu tenho uma amiga que mora nessa rua, velhinha também, que é minha amiga do tempo que nós tínhamos padaria, e até hoje nós somos amigas. Hoje não. Eu tenho amigas que estudaram comigo, ali onde hoje é o Banco Bradesco, era uma escola. Nossa professora era Dona Aparecida, uma mulata, e a gente queria a professora como mãe da gente. Quando hoje aparece na televisão aquelas histéricas acusando a professora de bater no filho delas, eu tenho vontade de matar. Acha que a professora vai fazer alguma coisa com o filho delas de graça? Tenha dó! Eu adorava minhas professoras, e só fiz o primário porque não tínhamos condições de fazer mais nada, só se formaram meus irmãos mais novos, o Daniel se formou professor, e o Pedro se formou economista. A gente tinha que trabalhar para mantê-los, então a vida não foi brincadeira e se hoje a gente tem alguma coisa devemos a nós mesmos e aos meus pais.

No lazer, dedicavam-se ao futebol, com dois times: o E. C. União Operária, mais tarde, em 1939, chamado 1.º de Maio, e o E. C. Leão do Morro, de Vila Beatriz, tendo inclusive, um time de futebol feminino.

Os portugueses na Vila não descansaram enquanto não tiveram uma Igreja. Em 1944 iniciou-se uma campanha para arrecadação de fundos. Saíam pelas ruas em procissão, onde arrecadavam dinheiro e prendas. Após a missa das 9h00, no domingo, era feito um leilão. Com esse dinheiro deram início às obras da Capela que recebeu o nome de Capela São Miguel Arcanjo. As procissões aconteciam com quermesses, barracas, e percorriam as ruas do bairro, com os andores dos santos enfeitados. Mais tarde, a Capela deu lugar a uma nova construção, cujo arquiteto, recém-falecido, Joaquim Guedes, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP) projetou uma igreja em forma de barco, chamada de Igreja de Vila Madalena, cuja santa padroeira é Maria Madalena. O padre Olavo Pezzotti foi seu pároco por muitos anos, e através dele, que tinha um programa de rádio e posteriormente de televisão, na famosa Radiodifusora Tupi, conseguiram-se grandes benfeitorias, como calçamento, água, rede de esgoto, empregos, colégio estadual, com ginásio e colegial, bonde, ônibus, etc.

> Depois veio o asfalto para a Vila Madalena, foi o padre Olavo que arrumou. Aí, o bonde começou a vir até aqui. Foi no governo Jânio Quadros, em

> 57, e foi quando eu virei funcionária pública. Minha vida daria um livro. Se eu pudesse, escrevia. Entrei como servente no Serviço Público, servindo café, lavando o chão e molhando plantas e não deixei de ser Maria Justo até hoje. Consegui esse emprego da seguinte maneira: o Jânio Quadros deu uns cargos de atendentes para trabalhar no hospital e outros de servente para o Padre Olavo, para ele distribuir como quisesse. Ele então me perguntou se eu queria trabalhar no governo. Disse que eu poderia ser atendente ou servente. Eu disse: – olha padre Olavo, vou ficar com o de servente, se eu não gostar caio fora, mas gostei, como eu não precisava tanto e tinha duas amigas que os pais tinham morrido, deixei o cargo de atendente para elas e fiquei como servente.

Depois de 17 anos e 3 meses como pároco da Igreja de Vila Madalena, em 13 de Outubro de 1968, Dom Agnelo Rossi, Cardeal de São Paulo, o transferiu para a paróquia de Nossa Senhora da Consolação. A saída dele foi muito triste, pois nem ele, e nem seus paroquianos queriam que isso acontecesse. Assim como os portugueses, Padre Olavo lutou pelo progresso da Vila[14].

> Meus pais nunca se arrependeram de ter vindo para o Brasil. Minha mãe nunca quis voltar para Portugal, meu pai voltou para vender umas terrinhas que ele tinha lá e foi o que ajudou a gente a construir essa casa aqui, a gente até insistiu para minha mãe ir com meu pai, mas ela disse não, disse que a terra dela agora era aqui, ela era brasileira. Depois que nós construímos essa casa meus pais não trabalharam mais, minha mãe era tratada que nem um bibelô, nós filhas não deixávamos que ela fizesse nada, com 50 anos ela não fazia mais nada... o médico achava ruim, falava que a gente tinha que deixar ela trabalhar, pelo menos arrumar sua própria cama.
>
> Pelas histórias que meus pais contavam, se eles tivessem ficado em Portugal, a vida deles teria sido muito ruim, uma caca dos infernos, porque o Brasil é um país abençoado por Deus, minha mãe sempre falava, meu pai falava: – você joga um grãozinho de feijão ali no chão e nasce... em Portugal, meu pai teve uma vida muito sacrificada, ele trabalhava na lavoura. Eu tenho alguns primos lá. Eles têm fazenda, mas dão outro nome, cultivam azeitonas, minha sobrinha foi lá e achou lindo. Eu nunca fui para Portugal, tive tanta chance... mas primeiro foi minha mãe que eu tinha que cuidar. Agora estou velha... minha sobrinha quer levar a mim e minha irmã para lá... vamos ver. Olha, tem duas coisas na vida que me fazem chorar, morte já não me faz chorar, já chorei muito quando meu pai morreu, hoje eu tiro de letra... eu só choro quando toca o hino nacional brasileiro e também fico louca da vida que esses vagabundos desses jogadores não sabem nem cantar, é uma vergonha e choro quando toca o hino português, também choro. Tem o filho de uma amiga que se formou dentista e voltou para Portugal, minha sobrinha e o marido adoraram e ele fala: – Ah! Tia Maria come-se bem naquela terra.

[14] PEZOTTI, 1968.

Dos antigos capinzais, das modestas casas, das ruas de barro, dos lampiões, da água de poço, a Vila a partir de 1950 passou a ter uma estrutura melhor, sendo considerada um dos bairros mais charmosos de São Paulo, recebendo o título de Vila das Artes, conquistando quem ali mora, que não deseja sair, e quem ali chega, que aprecia o que ela tem. A partir dos anos 90 até a passagem para o século XXI, a vida noturna é agitada, com sofisticados restaurantes, pizzarias, bares, confrarias, buffets, etc. Assim como modernas padarias, excelentes cafés, várias agências bancárias, mas a Vila ainda conserva algumas das antigas casas, que mesmo com as leis de zoneamento, não foram demolidas. Essas casas, assim como a de Dona Maria e outros nossos agentes convivem com imensos edifícios, de uma arquitetura moderna, transformando a Vila Madalena em um imenso bloco de cimento.

Não vamos neste artigo nos prolongar sobre este progresso até os dias de hoje. Muito ainda há para se contar dos filhos, dos netos e bisnetos desses imigrantes, desses portugueses que vieram para o Brasil e venceram, e garantiram aos seus descendentes, hoje prósperos e cultos, outros tempos, outras épocas, outros destinos, outros portos seguros.

BIBLIOGRAFIA

AVELINO, Yvone Dias, 2008 – "Vila Madalena e a Imigração Portuguesa: Cultura, Trabalho, Religião e Cotidiano" *in* MATOS, Maria Izilda Santos de *et al*. (org.) – *Deslocamentos & Histórias: Os Portugueses*. São Paulo, EDUSC.

AFONSO, Décio Justo, 2002 – *Vila Madalena: História, Fatos e Fotos (1900-200)*. São Paulo: Editora Nativa.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, 1975 – *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

FROTA, Luciara Silveira de Aragão e, 1985 – *Documentação Oral e a temática da Seca (Estudos)*. Brasília: Centro Gráfico, Senado Federal.

GALLIAN, Dante M. Claramonte, 1992 – *Pedaços da Guerra: experiências com História Oral de Vida de Tobarrenhos*. USP (dissertação mimeografada).

GAMA, Lúcia Helena, 1998 – *Nos Bares da Vida: Produção Cultural e Sociabilidade em São Paulo (1940-1950)*. São Paulo: SENAC.

NEVINS, Allan, 1984 – The uses of Oral History, in DURAWAY, David; BAUN, Willa K. – *Oral History: an Interdisciplinary anthology*. Nashville: American Association for State and Local History.

PEZOTTI, Olavo, 1968 – *Livro do Tombo*, Página n.ª 1 a 81. Registros da Igreja de Vila Madalena.

SQUEFF, Ênio, 2002 – *Vila Madalena: Crônica Histórica e Sentimental*. São Paulo: Boitempo Editorial.

THOMPSON, Paul, 1978 – *The voice of Past: Oral History*. Oxford: Oxford Press.